
GEOGRAFIA DA COLONIZAÇÃO

EXPERIÊNCIAS DE COLONIZAÇÃO EM UMA ÁREA TROPICAL: A BAIXADA DA RIBEIRA

PASQUALE PETRONE

O litoral paulista, apesar de ter sido a primeira região do Estado a receber colonos europeus, alguns ainda na era pré-afon sina, ficou à margem da grande imigração estrangeira no período áureo do café. Porém, alguns trechos da Baixada da Ribeira, já na área sub-litorânea, serviram de sítio para algumas experiências de colonização, em meados do século passado e nos primórdios do corrente. Foram essas "experiências" que serviram de tema para o autor do presente trabalho, o Professor Pasquale Petrone, professor do Departamento de Geografia da U.S.P. e sócio efetivo da A.G.B.

Desde a primeira vez que tivemos oportunidade de viajar por terras da Baixada da Ribeira, ficamos surpreendidos com um aspecto da referida área, até então para nós praticamente desconhecido: a importância que ela tivera do ponto de vista das tentativas de colonização no Estado de São Paulo. Sabíamos do papel dos japoneses na organização de Colônias suas junto ao Ribeira, mesmo porque foram muitos os trabalhos, relatórios e mesmo livros, publicados a respeito. Entretanto, a não ser referências particulares, frequentemente incompletas, muitas vezes apenas dedicadas a esta ou aquela iniciativa, não conhecíamos nada publicado, onde se encarasse a Baixada da Ribeira como verdadeira área-laboratório, na qual se fizeram numerosas e diferenciadas experiências de colonização, uma das quais foi a dos japoneses.

A amplitude das iniciativas de colonização na Baixada da Ribeira, para muitos insuspeitada, foi realmente grande e significativa. O interesse pela criação de zonas de colonização data, na Baixada em questão, de um século e, no conjunto das iniciativas, abran-

geu área considerável, distribuída, em parcelas diversificadas, por todos os tipos de zonas aí existentes. E' portanto uma amplitude que se revela no tempo e no espaço.

Realmente, considerado o fenômeno no tempo, êle se manifestou pela primeira vez em meados do século passado. A Colônia de Pariquera-Açu, por exemplo, teria sido tentada pela primeira vez em 1855 segundo Paulino de Almeida (1), 1861 segundo a maioria dos que têm se referido a ela, provavelmente repetindo-se uns aos outros (2). De qualquer forma, e deixando-se à margem a diferença de datas, já que ela não é grande e realmente não tem muita importância, tal tentativa é contemporânea, praticamente, da criação dos primeiros núcleos coloniais do Espírito Santo (3), assim como do início da colonização do vale do Itajaí em Santa Catarina (Blumenau é de 1850) (4) e, anterior à criação dos importantes núcleos italianos do Rio Grande do Sul. Fazendo-se abstração das Colônias criadas no Estado do Rio de Janeiro (Petrópolis, Terezópolis, Nova Friburgo), dos primeiros núcleos alemães do Rio Grande do Sul (São Leopoldo, Nôvo Hamburgo) e poucos outros, a criação do Parique-

- (1) — ALMEIDA, Antônio Paulino de — *Memória Histórica de Jacupiranga*, in "Revista do Arquivo Municipal", Ano XVI, Vol. 127, São Paulo, setembro de 1949, pág. 77.
- (2) — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — *Serviço de Povoamento em 1911*, Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Pedro de Toledo pelo Eng. Silvino Vicente de Faria, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1913, pág. 176; GROSSI, Vincenzo — *Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello Stato di San Paolo*, Officina Poligrafica Italiana, Roma, 1905, pág. 384; CAMARGO, José Francisco de — *Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos* (Ensaio sôbre as relações entre a Demografia e a Economia), 3 Volumes, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim n.º 153, Economia Política e História das Doutrinas Econômicas n.º 1, São Paulo, 1952, Vol. I, pág. 159.
- (3) — Ver WAGEMANN, Ernst — *A Colonização Alemã no Espírito Santo*, in "Boletim Geográfico", n.º 68, 69 e 70, Rio de Janeiro, 1948-1949; PETRONE, Pasquale — *Aspectos Geográficos da área de colonização antiga do Estado do Espírito Santo*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Avulso n.º 3, São Paulo, 1962.
- (4) — GROSSI, Vincenzo — Obra citada.

ra-Açu pode ser considerada pioneira na importante fase que a segunda metade do século passado representou para a colonização no Brasil. Acresce que vizinho a Pariquera-Açu, no ano de 1862, foi criado outro núcleo colonial, o de Cananéia (5), fato êsse que demonstra um certo interêsse pela área da Baixada.

De então para cá as iniciativas se sucederam na região, ora com sucesso, mais freqüentemente não. Entre os anos de 1865 e 1867, as áreas drenadas pelo Ribeira, com as de seu afluente Juquiá, enquadraram-se entre aquelas onde se verificou a original tentativa de colonização por parte de confederados norte-americanos (6). A partir de 1912, e particularmente de 1917, começaram a ser criadas colônias japonesas, principalmente na área de Registro (7). Mais recentemente, por volta de 1925-26, criou-se a Colônia de Santa Maria, próxima de Cananéia. Como vemos, as primeiras iniciativas não ficaram sós, sendo acompanhadas por outras que, praticamente, vieram até nossos dias.

Já dissemos que a amplitude das iniciativas de colonização tem significado para tôda a área que nos interessa. O mapa que acompanha estas considerações pode demonstrar o fato. Pode-se verificar que, praticamente, tivemos iniciativas de colonização dentro de todos os tipos de áreas da Ribeira. A Colônia Jiporuva, ou Katzura, ocupou áreas do baixo Ribeira (margem esquerda), próximo ao litoral e a cêrca de 15 quilômetros de Iguape, em terras baixas e planas, de brejos, banhados e drenagem indecisa. A Colônia de Pariquera-Açu, assim como a maior parte da de Cananéia, ocuparam terras sub-litorâneas, ainda predominantemente baixas, cotas de 20 a máximos de 60 metros, mas com topografia mais aciden-

(5) — GROSSI, Vincenzo — Obra citada, pág. 384.

(6) — GOLDMAN, Frank — *Americanos em São Paulo*, in jornal "Fôlha da Manhã", São Paulo, 28-X-1956; 4, 11, 18 e 25-XI-1956; 2, 9, 16, 23 e 30-XII-1956; 6, 13, 20 e 27-I-1957; 3, 10 e 17-II-1957; RIOS, José Artur — *A Imigração de confederados norte-americanos no Brasil*, in "Boletim Geográfico", Ano VII, n.º 81, Rio de Janeiro, dezembro de 1949, págs. 942 a 956 (transcrito de "Revista de Imigração e Colonização", Ano IX, n.º 3 e 4, 1948), págs. 945 a 947.

(7) — MELLO, Astrogildo Rodrigues de — *Imigração e Colonização*, in "Geografia", Ano I, n.º 4, São Paulo, 1935, pág. 31.

tada, revestimento florestal tropical rico e com ritmo sazonal, especialmente quanto à umidade, mais sensível que no litoral. Pariquera-Açu abrangeu as terras do alto vale e das cabeceiras do rio de mesmo nome e parte da bacia do Pariquera-Mirim, ambos afluentes da margem direita do Ribeira. A Colônia de Cananéia estabeleceu-se nos altos cursos do rio Pindauvinha e Canha — ambos pertencentes à bacia do Jacupiranga, margem direita — e ainda do Itapitanguí — vertendo para o mar de Cubatão — estendendo-se até o rio Guaraú para oeste. A Colônia de Santa Maria, em parte fugindo às terras baixas da região do Ribeira propriamente dita, abrangeu terras desde vizinhanças do recôncavo de Cananéia, até os divisores de águas entre os rios das Minas e Taquarí de um lado, Jacupiranguinha, Turvo e Pardo de outro, e Guarakessaba e Serra Negra do outro, pelas altas bacias destes espraiando-se para território paranaense. Ocupou terras em grande parte bastante acidentadas, com altitudes, na área de colonização, até de 500 m., com revestimento florestal exuberante e área altamente úmida. As Colônias de Registro e Sete Barras localizaram-se, como as de Cananéia e Pariquera-Açu, em zona sub-litorânea, a distância, porém, bem maior do mar (de 30 a 60 quilômetros em linha reta), mas junto ao Ribeira. A primeira abrangeu quase totalmente as bacias do Carapiranga e do Registro, ambos afluentes da margem direita do Ribeira; a segunda estendeu-se pela maior parte do baixo vale do Quilombo, afluente da margem direita do Juquiá, e dos divisores desse rio com o Ipiranga, drenado para o Juquiá, e do Etá, afluente do Ribeira, dispondo-se pela margem esquerda do Ribeira. Outros exemplos, menos significativos para nós, são o da Colônia Agrícola Santa Lúcia, no vale do Cordeiro, próximo ao porto de Subaúna, ou o da Colônia Nova Trieste, ao norte de Eldorado, especialmente no alto vale do Taquarí, afluente da margem esquerda do Ribeira (8).

As referidas Colônias diferenciaram-se, antes de mais nada, pelas entidades responsáveis pelas iniciativas. A instalação das Co-

(8) — A Colônia Nova Trieste, com uma superfície de 13 000 alqueires (31 450 hectares) foi tentada há cerca de 30 anos, não tendo tido nenhum resultado em virtude principalmente das dificuldades para ser atingida.

lônias de Cananéia e Pariquera-Açu foi de iniciativa oficial, tendo sido devidas ao govêrno imperial. Depois de instaladas sofreram, particularmente a de Pariquera-Açu, que teve maior desenvolvimento, mudança de direção, pois que passaram para o govêrno da Província e em seguida ao Estado. A Colônia de Santa Maria foi iniciativa de uma empresa particular de colonização, nacional, a "Empresa de Terras e Colonização Santa Maria", com sede em São Paulo, passando, em seguida, para a "São Paulo Development Company", empresa particular de capitais ingleses, com sede em Londres. As colônias de Registro, Sete Barras e Jiporuva, também foram o resultado da iniciativa particular. Inicialmente foram um empreendimento da "Companhia Imperial Japonêsa de Imigração", com sede em Tóquio, tendo sido organizadas definitivamente com a criação da "Kaigai Kogyo Kaboshiki Kaisha", de capitais japoneses. Finalmente, no caso dos confederados norte-americanos, a iniciativa, na maioria dos casos, foi particular e individual.

Em casos como o de Pariquera-Açu ou Cananéia, a iniciativa deveria satisfazer uma política de povoamento por parte dos poderes públicos; em Registro ou Sete Barras, as iniciativas ligavam-se a um complexo conjunto de elementos, políticos, econômicos e demográficos, enquadrando-se em uma soma de soluções para os problemas de vasaõ demográfica, eventualmente econômica — com aspectos inevitavelmente políticos — do Japão. Em Santa Maria, como em outras citadas, a iniciativa tinha caráter eminentemente especulativo, enquanto que em um caso como o de "Lizzieland", no Juquiá, vingava exclusivamente o capricho individual de um emigrado norte-americano. Tal variedade, já por si só, pode nos fazer compreender que cada uma das colônias evoluiu segundo características peculiares.

O elemento humano que participou dos empreendimentos de colonização na região do Ribeira, foi extremamente diversificado, quer pela origem nacional, quer pela etnia, quer pela experiência que possuíam ou não do Brasil, ou pela forma com que foram encaminhados para as colônias. Em épocas e zonas diferentes, com caráter definitivo, ou apenas por pouco tempo, a região do Ribeira recebeu colonos ingleses, irlandeses, alemães e austríacos, poloneses

e russos, ucranianos e norte-americanos, italianos, japoneses, suíços e suecos.

Os ingleses e irlandeses, em número reduzido, e sobre os quais não conseguimos elementos, localizaram-se na Colônia de Cananéia, onde permaneceram pouco tempo, pois não conseguiram enfrentar, acomodando-se a elas, as condições de privações características da Colônia. Em 1937 ainda viviam na área alguns dos descendentes dos poucos que haviam ficado (9). Atualmente encontram-se completamente diluídos e esparsos, só ocasionalmente podendo ser identificados pelos sobrenomes. Pouquíssimos ingleses, também, localizaram-se na Colônia de Pariquera-Açu, no último quartel do século passado.

Os alemães e austríacos estão entre os elementos mais antigos que povoaram as colônias do Ribeira. Localizaram-se em Cananéia, poucos, na Colônia de Pariquera-Açu e, especialmente, na de Santa Maria. Caracterizaram-se por extraordinária mobilidade, pois poucos ficaram. Em Pariquera-Açu, onde chegaram a constituir a mais importante parcela de colonos estrangeiros na passagem do século passado para o atual, ficaram reduzidos a pouquíssimas famílias. Em 1930 o número de alemães aí se elevava a 60 (10). Atualmente só existem poucos descendentes, freqüentemente já frutos de cruzamentos com italianos, poloneses ou nacionais. Na Colônia de Cananéia, onde, desde o início, foram pouco numerosos, em 1937 existiam apenas 6 ou 7 famílias (11). Uma parte ainda lá vive. Santa Maria recebeu numeroso contingente dos dois grupos, particularmente de austríacos, que formaram a base da população da Colônia. Quase todos retiraram-se da Colônia e da região, buscando o planalto. Algumas famílias austríacas, 3 ou 4, ainda lá se encontram. De resto, elementos alemães principalmente, algumas dezenas ao todo localizaram-se em Eldorado e na zona de Jujuiá, entre as duas últimas grandes guerras.

(9) — Jornal "Mitteilungsblatt der Deutschen-Evangelischen Gemeinde zu Santos", n.ºs 3-4, Ano XI, setembro-outubro de 1937.

(10) — Jornal "Mitteilungsblatt der Deutschen-Evangelischen Gemeinde zu Santos", n.º 2, Ano IV, agosto de 1930.

(11) — Idem, n.ºs 3-4, Ano XI, setembro-outubro de 1937.

Os poloneses e russos, em maior número os primeiros, vieram na última década do século passado e no início deste, concentrando-se na Colônia de Pariquera-Açu. Apesar das defecções, mais numerosas na década de 1930, seus descendentes constituem o contingente mais numeroso na zona rural em torno de Pariquera-Açu, entre os elementos oriundos dos antigos colonos.

Os norte-americanos, cujo número foi bem pequeno, algumas dezenas, procuraram o vale do Juquiá e, mais a leste, o do São Lourenço, além de Eldorado e Iguape. Praticamente nada ficou deles, pois que se retiraram para o planalto ou voltaram para os Estados Unidos. Os ucranianos, ainda uma vez pouco numerosos, foram colonos de língua alemã que procuraram Santa Maria, da mesma forma como alemães-húngaros e alemães dos sudetos em Pariquera-Açu. Todos eles, os que ficaram, disseminaram-se nas áreas de Cananéia, Jacupiranga e Pariquera-Açu e não se distinguem dos elementos alemães. Muitos dos que ficaram ainda vivem, pois a sua chegada é dos últimos 30 anos.

Os italianos constituíram, no período que vai de 1886 a 1890, o maior número de colonos estrangeiros entrados na Colônia de Pariquera-Açu. Justificaram os nomes de duas "linhas" coloniais, Nova Itália e Nova Cremona, e têm, nos seus descendentes, o grupo mais numeroso da cidade de Pariquera-Açu, além de aparecerem, com certo destaque, em toda a zona rural circunjacente a essa cidade e a Jacupiranga. É preciso lembrar, todavia, que também uma parte dos colonos italianos preferiu desertar o vale do Ribeira em favor do planalto.

O mais numeroso contingente de colonos estrangeiros chegados à Baixada do Ribeira foi representado pelos japoneses, cujo afluxo se verificou particularmente entre 1920 e 1940. As Colônias de Registro, Sete Barras e Jiporua foram povoadas por eles, como é amplamente sabido. Embora caracterizados por grande mobilidade, nem sempre fixando-se na área por muito tempo, e embora, com a última guerra, tenham sido obrigados a abandonar em massa a região, para o planalto, ainda constituem um elemento marcante das áreas que colonizaram, em especial modo de Registro. Importantes contingentes de japoneses localizaram-se também no Juquiá. Algumas famílias recentemente foram ter a Santa Maria.

Os suíços e suecos não tiveram nenhuma expressão numérica. Os primeiros localizaram-se na Colônia de Cananéia e os segundos na de Pariquera-Açu. Praticamente não é mais possível localizar seus descendentes, se os existem.

Os elementos todos citados, devem ser considerados ao lado de colonos nacionais, oriundos da própria região da Ribeira, que foram particularmente numerosos na Colônia de Pariquera-Açu, na qual constituíram sempre mais da metade da população.

A maior parte dos elementos citados veio para a região da Ribeira diretamente de seus países de origem. Uma parte dos italianos, alemães e poloneses, já havia estado no planalto, trabalhando em fazendas de café. Em casos como o das colônias japonesas, ou das oficiais, todo o afluxo de colonos foi orientado.

Pelo que vimos, percebe-se que numericamente a colonização da Ribeira teve pequena expressão. Porém, ela teve expressão quanto à diversificação dos colonos e ao número de iniciativas.

As Colônias diferiram umas das outras, também, pela composição demográfica. Algumas, como as de Registro, Jiporuva e Sete Barras, foram homogêneas, pois que praticamente formadas apenas por elementos japoneses. Outra, como Santa Maria, foi de uma relativa homogeneidade, pois que formada basicamente por elementos de língua alemã. A mais heterogênea foi a de Pariquera-Açu, onde, ao lado de brasileiros, tivemos italianos, poloneses, alemães, austríacos, russos e outros. Tais diferenças também contribuíram para os diferentes resultados obtidos.

De um modo geral, a colonização na Baixada da Ribeira não deu resultados muito favoráveis. Conforme vimos, de quase todos os elementos humanos que para aí foram ter, tivemos parcelas muito pequenas que permaneceram. Colônias como Cananéia e Santa Maria foram praticamente abandonadas pelos colonos. Em Pariquera-Açu, o atual desenvolvimento reflete-se mais na cidade, não sendo decorrência de sua condição de sede de antiga Colônia, enquanto que esta condição pôde contribuir para explicar a situação pouco lisongeira em que se encontra a área rural. Poder-se-ia dizer que o mesmo não aconteceu com as Colônias japonesas, fato que é verdadeiro apenas em parte, dado que Sete Barras e Jiporuva conheceram mais resultados negativos que positivos, enquanto que em

Registro, indiscutivelmente a de maior desenvolvimento, a cultura de chá, com sua presença positiva no espaço econômico, neutraliza outros aspectos nem sempre satisfatórios.

O saldo foi, em consequência, indubitavelmente negativo. Poucas marcas ficaram da presença de colonos instalados um pouco por toda a parte. Na área de Registro, a florescente lavoura de chá representa a mais significativa marca da presença japonesa, o que não foi conseguido com a frustrada tentativa de criação do bicho-da-seda. Em Pariquera-Açu, as hortas, e o consumo de verduras em média superior ao do restante da Baixada, revelam a presença do italiano, como a de outros colonos. Algumas famílias da ex-Colônia de Cananéia ou de Santa Maria, que revelam visíveis traços de sua ascendência germânica; a presença, embora pouco numerosa, das carroças de quatro rodas, muito provavelmente de introdução polonesa, embora possam ter atingido a região por difusão, a partir do planalto; os fornos da área de Pariquera-Açu e Jacupiranga, denotando a origem quase sempre italiana de seus possuidores; as casas, às vezes revelando técnicas introduzidas pelo colono, fato ainda mais perceptível na zona de Registro, entre os japoneses; aspectos importantes como a diversificação étnica do vale, assim como a miscigenação que em parte se processa, e menos importantes, como o gosto para o jogo de "boccia", são, aliados aos anteriormente citados, algumas das marcas deixadas pela colonização.

Mais importante, todavia, é que ela contribuiu para o processo de devassamento e povoamento de algumas áreas da Ribeira, tendo forçado, ou pelo menos contribuído no sentido de forçar a criação de condições para que a região da Ribeira deixasse de ser, do ponto de vista econômico, uma área marginal à região geo-econômica paulista.

Por outro lado, entretanto, o índice de fixação do colono foi pequeno, muitos dos que ficaram identificaram-se cultural e tecnicamente aos caboclos da Ribeira, a maioria deixou como herança o que normalmente tem sido deixado na região, solos esgotados e capoeiras.

Creemos que nos fatos acima está a principal originalidade do processo de colonização na região da Ribeira. No conjunto esse processo, embora não inteiramente, foi um fracasso. Segundo nos

parece, por isso mesmo tão digno de atenção, pelo menos, quanto os que, em outras partes, forneceram resultados considerados lisonjeiros. Ao considerarmos tal originilidade, acode-nos pensar no vale do Itajaí, em Santa Catarina, freqüentemente citado como área onde a colonização estrangeira forneceu excelentes resultados.

Não nos cabe discutir até que ponto é verdadeira a afirmação relativa aos bons resultados da colonização no vale do Itajaí. Um fato, entretanto, é incontestável: em área que, fisicamente, sob vários aspectos pode ser comparada à do Ribeira, os frutos da colonização foram indubitavelmente superiores (12).

Creemos que, da mesma forma como a Bacia do Itajaí tem atraído a atenção de pesquisadores, pelas peculiaridades e originalidade de sua colonização, a região da Ribeira deve merecer maior atenção, exatamente devido aos maus resultados com iniciativas que, conforme vimos, não foram nem isoladas, nem esporádicas. Creemos, ainda, que tal atenção deveria se cingir em especial modo às razões dos resultados obtidos, de maior interêsse para o conhecimento dos problemas da colonização.

Acreditamos que para explicar o insucesso da colonização na Baixada da Ribeira não podemos, antes de mais nada, deixar de relacioná-lo com o problema da colonização no conjunto do atual Estado de São Paulo. Isso porque no conjunto, todo o problema da colonização no Estado se prende ao paradoxo de ter sido a parte do território brasileiro que recebeu o maior contingente de imigrantes, sem que nela, entretanto, se criassem áreas de colonização do tipo das que encontramos na encosta da serra e no planalto, no Rio Grande do Sul, nos vales do Itajaí, Tubarão ou Tijucas, em Santa Catarina, ou na zona do rio Doce, no Espírito Santo, sem se falar no Paraná. Tal paradoxo encontra sua explicação basicamente no

(12) — Sobre o vale do Itajaí e sua colonização, aconselhamos a leitura de WAIBEL, Leo — *Princípios de Colonização Européia no Sul do Brasil*, in "Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil", Rio de Janeiro, 1959, pág. 205 e seguintes; SILVA, Zédar Perfeito da — *O Vale do Itajaí*, Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1954; BUCHELE Júnior, Carlos — *A Bacia do Itajaí*, in "Boletim Geográfico", D.E.G.C., ano 3, n.º 5, Florianópolis, janeiro de 1949, pág. 41 e seguintes.

fato da presença, em São Paulo, de uma monocultura comercial rendosa, a cafeeira, elemento fundamental da economia do Estado, para a qual voltavam-se tôdas as atenções, do poder público e de particulares. Assim é que, em São Paulo, o estrangeiro foi introduzido visando-se principalmente — quando não unicamente — a lavoura do café. Esta necessitava de braços e os contingentes de imigrantes deveriam satisfazer tal necessidade. Nice Lecocq Müller já teve oportunidade de referir-se ao fato, para explicar o papel do imigrante na formação do "sítio" em São Paulo: "E' preciso lembrar que no Estado de São Paulo, onde a imigração teve por fim principal servir de mão-de-obra assalariada às fazendas de café, os núcleos coloniais não tiveram o mesmo caráter importante tido nos Estados do Sul. Em São Paulo a maior contribuição do imigrante para o desenvolvimento do "sítio" foi, talvez por tradição, ou por tendência, constituir um dos principais elementos, senão o principal, da classe dos pequenos proprietários, à medida que se iam libertando da situação de assalariado" (13).

Em conseqüência, compreende-se que, as numerosíssimas "Colônias" que as estatísticas nos fornecem para São Paulo, no século passado, "nada mais são que agrupamentos de europeus trabalhando os cafêzais das zonas que surgiam em São Paulo — Mogiana e Paulista" (14). O termo Colônia acabou por designar, em São Paulo, o quase sempre esqualido e monótono correr de habitações, pobres e sem conforto, localizadas à guiza de um esboçado povoado-rua, junto aos cafêzais, e habitadas pelos "colonos", trabalhadores assalariados e não pequenos proprietários como os das Colônias do Sul.

Tais fatos não passaram despercebidos dos poderes públicos, conforme pode ser verificado em Relatório do Secretário da Agricultura, para 1895, em trecho transcrito por Almeida Azevedo: "Verificou-se que os núcleos não se desenvolveram, tornando-se neces-

(13) — MÜLLER, Nice Lecocq — *Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo*, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim 132, Geografia n.º 7, São Paulo, 1951, rodapé da pág. 27.

(14) — AZEVEDO, Salvio de Almeida — *Imigração e Colonização no Estado de São Paulo*, in "Revista do Arquivo Municipal", Ano VII, Vol. 75, São Paulo, abril de 1941, pág. 109.

sário a modificação do sistema. Até agora a corrente migratória foi destinada à grande cultura não sendo isso suficiente à colonização, visto que o colono de uma grande propriedade não pode aspirar a ser pequeno proprietário, embora grandes as suas economias e seus esforços. Ele continua com a idéia fixa de voltar para sua pátria onde poderá adquirir um lote de terra com o produto de seu trabalho entre nós" (15).

A criação de alguns núcleos coloniais por parte do governo, assim como o incentivo ao desenvolvimento dos já existentes (a exemplo de Pariquera-Açu), poderia nos fazer pensar em uma verdadeira mudança de orientação, pelo menos com o fito de justapor, às áreas de grandes propriedades caracterizadas pela grande lavoura comercial e trabalho assalariado, outras de pequenas propriedades, policultoras, baseadas na atividade do cultivador direto. Todavia, mesmo que essa fôsse a intenção, na prática tais colônias vinham, ainda uma vez, satisfazer interesses e necessidades de grande lavoura. E' o que, com agudeza de observação, percebeu Pierre Denis: "E, entretanto, a vida de São Paulo está muito estreitamente ligada à cultura do café, a qual a nova política de colonização não teria tido ensêjo de tornar popular, se para isso os próprios fazendeiros se não tivessem unido. Estavam efetivamente mais preocupados do que ninguém com a estabilidade da mão-de-obra rural no Estado; a falta de operários na ocasião da colheita podia levá-los a uma catástrofe. Refletiram que estabelecendo colonos proprietários a pequena distância das plantações de café, teriam à mão operários forçosamente fiéis, a que poderiam recorrer no momento desejado". Continua, lembrando observações contidas em relatórios do Ministro da Agricultura: no de 1901. "E' preciso prender o imigrante ao solo, mas é preciso fazer isso de modo a deixá-lo à disposição da grande cultura para quando esta tenha necessidade de seus braços"; e no de 1904, "O fato de ter nas Colônias um auxílio de braços para a colheita, permitirá transformar e industrializar a cultura do café; reduz-lhe as despesas, dispensando-a de conservar durante todo o ano os trabalhadores necessários para a colheita" (16). Tivemos oca-

(15) — AZEVEDO, Salvio de Almeida — Obra citada, pág. 115.

(16) — DENIS, Pierre — *O Brasil no Século XX*, Versão Portuguesa, Lisboa, s. d., pág. 215.

sião de verificar o fato em um exemplo, o do Núcleo Colonial Jorge Tibiriçá, no atual município de Corumbataí (17). É evidente que, em face dos elementos acima sumariados, e conforme observação de Denis, "a pequena propriedade", poderíamos generalizar para a colonização, "foi estritamente excluída da cultura do café. Parece dever espalhar-se à roda das zonas cafeeiras..." (18).

Dentro dessas condições, a Baixada do Ribeira parecia revelar-se a mais importante área, se não verdadeiramente a única, dentro do Estado de São Paulo, em condições de receber colonização semelhante à que se verificou no sul do país. Praticamente ficou fora do roteiro seguido pela marcha do café (19), possuía terras de baixo preço e grandes extensões de terras devolutas, além de constituir-se em um dos principais vazios demográficos de todo o Estado, dentro das áreas não muito distanciadas do litoral. Entretanto, ela ficava ainda muito próxima das áreas de grande lavoura e, conforme já vimos, tôda a política de imigração no Estado de São Paulo foi ditada pelos fazendeiros de café. Ao govêrno, portanto, não interessava desviar para o Ribeira, ou outra área qualquer, mão-de-obra que seria necessária nos cafêzais. Por outro lado, a riqueza criada por essa lavoura transformava as áreas em que se desenvolvia em zonas de sucção, do ponto de vista econômico, atraindo os colonos que nelas viam a possibilidade de enriquecer mais rapidamente do que enfrentando todos os problemas implícitos na criação da própria propriedade, praticamente somente com os próprios recursos e partindo do nada. Criar uma paisagem humanizada em zonas ainda dominadas por paisagens naturais devia parecer-lhes mais difícil que acomodar-se a um quadro econômico, social e administrativo já definido. É significativo que na região, as colônias mais importantes só foram criadas mais recentemente, quando o café já não usufruia exatamente a posição anterior, ou que tenham sido

(17) — PETRONE, Pasquale — *Aspectos Geográficos e Problemas da Região de Corumbataí*, in "Boletim Paulista de Geografia", n.º 11, São Paulo, julho de 1952, págs. 3 a 32.

(18) — DENIS, Pierre — Obra citada, pág. 226.

(19) — MILLIET, Sérgio — *Roteiro do Café*, in "Roteiro do Café e outros ensaios", 3a. edição, Coleção Departamento de Cultura, Vol. XXV, São Paulo, 1941, págs. 7 a 70, vide mapa.

criadas por japoneses, os quais, de modo algum, adaptaram-se ao trabalho de assalariados nas fazendas de café (20). E' também bastante significativo que a maioria das iniciativas de colonização na Baixada da Ribeira tenha sido de particulares. O govêrno estadual — anteriormente o da Província — limitou-se a administrar colônias que já haviam sido tentadas por iniciativa do govêrno imperial. E', ainda, bastante significativo que a maioria dos colonos, de tôdas as etnias, que desertaram a Baixada da Ribeira, tenham procurado o planalto, em área quase sempre economicamente estruturada pelo café.

E' fácil de compreender, entretanto, que a área de sucção representada pela de grande lavoura comercial, de per si, não justificaria inteiramente o insucesso da colonização da Ribeira, mesmo porque a região, como vimos, despertou um número relativamente grande de iniciativas. E' que à atração exercida por essa área, somou-se um conjunto de circunstâncias peculiares à região da Ribeira, que funcionaram como elementos de repulsão. O colono que procurou a região da Ribeira, não a abandonou, em seguida, apenas porque atraído pelas condições econômicas do planalto, mas também, e principalmente, porque não encontrou condições satisfatórias na Baixada.

Em primeiro lugar, uma referência deve ser feita às condições físicas da região. Área quente e úmida, nitidamente tropical, perante ela estabeleceu-se sempre uma atitude de deficiência, quando não de hostilidade. Francis Burton, em observação de 1886, citada por Krug, referiu-se à Colônia de Cananéia como "uma burla: o país é muito tropical para os europeus, principalmente para os suíços. As crianças sustentam-se de farinha, que faz que tenham os beiços tão amarelos como o rosto" (21). Observações desse tipo são significativas. Umidade elevada, temperaturas elevadas e relativamente uniformes, a presença de brejos e de águas de drenagem indecisa, os mosquitos e as doenças, foram sempre as principais justificativas aventa-

(20) — Veja-se, a propósito, AZEVEDO, Salvio de Almeida — Obra citada.

(21) — BURTON, Francis — *Uma Excursão de Santos a Cananéia, Iporanga, Xirivica e Iguape*, in "Revista Comercial de Santos", 1888, citado por Krug, Edmundo — *A Ribeira de Iguape*, separata do "Boletim de Agricultura", Série 39a., 1938, Secretaria da Agricultura, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1939, págs. 13-14.

das para a dificuldade de instalação de colonos na região. Mesmo atualmente, no decorrer das excursões que tivemos oportunidade de realizar, ouvimos com freqüência, por parte de profundos conhecedores da região, alguns, velhos moradores, a mesma opinião. Particularmente, não somos daqueles que acreditam na tropicalidade como fator negativo na instalação, em iniciativas de colonização, de elementos europeus ou de outra procedência extra-tropical. Não excluimos, todavia, a possibilidade do próprio colono que desertou a região, ter atribuído sua decisão em grande parte aos problemas que a tropicalidade lhe teria criado. Cremos que outros fatores, às vezes menos sensíveis, tenham exercido papel negativo mais relevante, com resultados que, em seguida, foram freqüentemente atribuídos à tropicalidade do clima.

Um desses fatores foi, sem dúvida, a desilusão do colono frente à realidade encontrada, depois de ter ouvido referências quase miraculosas à nova terra. Em relatórios oficiais, ou em obras de propaganda de empreendimentos imobiliários, as terras da Baixada da Ribeira foram decantadas pela sua feracidade, suas matas foram constantemente citadas com excelentes índices de fertilidade e frissou-se, com constância, sobre a possibilidade de se obter sempre bons resultados em tôdas as culturas (22). Conversando com velhos colonos de Pariquera-Açu ou de Santa Maria, tivemos oportunidade de sentir como deve ter sido grande o desencanto dessa gente logo ao chegar ao que, para muitos, devia se constituir em nova Canaã. Problema, portanto, segundo acreditamos, de natureza psicológica, mas com profundas repercussões no complexo e difícil processo de enquadramento a uma região nova, não impossível de aproveitar, mas não fácil de enfrentar.

(22) — Veja-se, por exemplo, KUNDT, Ernst — *Das Ribeiratal und die Kolonie Pariquera-Açu in Staate São Paulo*, in "Sued-u. Mittel-Amerika", Halbmonatsschrift für das Deutschtum und die deutschen Interessen in Sued-und Mittel-Amerika und Mexico, 5.º ano, n.º 6, Berlim, 29 março 1912, págs. 89-90; SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, Comércio e Obras Públicas, São Paulo — *Relatório de 1896*, apresentado ao Sr. Manoel Ferraz de Campos Salles, presidente do Estado, pelo Dr. Álvaro Augusto da Costa Carvalho, Secretário, São Paulo, 1897, pág. 39; ALMEIDA, A. Paulino de — *Memória Histórica de Jacupiranga*, pág. 86.

Frente a condições novas, já encaradas com prevenção explícita, o colono teve, como sucedeu no sul, e como tivemos oportunidade de ver para o Espírito Santo (23), inicialmente que satisfazer necessidades imediatas, de subsistência, para esse fim adotando o sistema que lhe pareceu mais simples, ou seja, o da aceitação das técnicas utilizadas pela população cabocla com a qual entrou em contacto, muito embora persistisse uma tendência de conservação das técnicas que trouxera em sua bagagem cultural. Não poderia ser de outra forma. A área não se prestava a culturas de climas temperados, a que estavam afeitos os colonos. Tornou-se inevitável a aceitação das culturas mais próprias a ela, após curtas fases de tentativas e erros. A aplicação, em suas propriedades, de um sistema primitivo de rotação de solos, tornou-se o corolário lógico. Essas condições, que em outras áreas — Sul do país e Espírito Santo — evoluíram para um sistema melhorado de rotação de solos, na região da Ribeira praticamente permaneceram. Mesmo a introdução de lavouras comerciais como a do café, ou o melhor aproveitamento das já existentes, como a do arroz, não possibilitou efetiva transformação do sistema. A cultura do chá foi realmente uma exceção. E' que nem as lavouras comerciais puderam contribuir para a evolução dos sistemas e técnicas de utilização do espaço agrícola, dado o problema da pobreza de comunicações, conforme veremos. Convém frisar, também, que a fugacidade de duração de certas colônias não poderia permitir que houvesse tempo para que essa melhoria se verificasse, mesmo quando já esboçada, caso, por exemplo, em que os colonos começaram a associar a criação ao cultivo do solo, especialmente com a aquisição de algumas cabeças de vacas. Mas em alguns casos, como em Pariqueira-Açu, o tempo foi suficiente para que os colonos, despreocupados com a adubação em face da aparente fertilidade dos solos de matas, ou impossibilitados de praticá-la, continuando com a primitiva rotação de terras em propriedades relativamente pequenas, normalmente inferiores a 30 hectares, esgotassem os solos, favorecessem a erosão e lixiviação, e criassem uma paisagem de capoeiras.

(23) — PETRONE, Pasquale — *Aspectos Geográficos da área de colonização antiga...*, ver as conclusões.

Portanto, um problema antes de mais nada de técnicas, para o qual João Dias da Silveira já chamou a atenção, referindo-se ao povoador europeu em geral, frente às condições da região. "Em conjunto, a Baixada forma ambiente com características desconhecidas dos colonos europeus, e o homem branco, apossando-se dela, não tem ainda técnicas ajustadas às suas condições materiais. Os estragos e plorações, resultam principalmente dessa falta de conhecimentos e exploração, resultam principalmente dessa falta de conhecimentos e experiências a respeito do quadro e de elementos materiais para o explorar racionalmente" (24). Essas observações, que são válidas para todo o processo de povoamento da Baixada, têm um sentido especial para as tentativas de colonização propriamente dita, dado que estas, julgamos conveniente insistir no fato, foram sempre organizadas na base de propriedades em regra demasiadamente pequenas, mesmo para um sistema de rotação de terras melhorada, em zona quente e úmida, de solos normalmente frágeis.

De qualquer forma, o aspecto fundamental foi, segundo nos parece, o da circulação e mercados. Todas as colônias da Baixada, mesmo as mais recentes, foram criadas em áreas marginais, isoladas, quase sempre de difícil acesso. A Colônia de Cananéia só conheceu uma estrada para o porto, quando já estava decadente e seus colonos em maioria se haviam retirado (início do século atual) (25). Pariquera-Açu só teve acesso ao porto de Subaúna no fim do século passado, e só na segunda década deste século conheceu uma verdadeira rede de caminhos vicinais. Santa Maria, criada em 1925-26, ainda hoje não conta com vias de acesso satisfatórias. As

(24) — SILVEIRA, João Dias da — *Baixas Litorâneas Quentes e Úmidas*, Tese de Concurso à Cadeira de Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1950, págs. 200-201.

(25) — "O retardamento do completo desenvolvimento da colonização de Cananéia na comarca de Yguape é devido a diversas causas, sobressaindo entre estas o abandono dos colonos no interior, onde vivem quasi separados do contacto do homem civilizado, e vendo perder as produções de suas lavouras adquiridas com tanto trabalho, por faltar-lhes quasi absolutamente meios de transporte", conforme GODOY, Joaquim Floriano de — *A Província de São Paulo*, Typ. do Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1875, pág. 112.

Colônias de Registro e Sete Barras ficaram em melhor situação graças ao fato da própria empresa colonizadora providenciar, desde o início, estradas para Juquiá (estação ferroviária) e para Pariquera-Açu (em busca do pôrto de Iguape). Assim mesmo, as dificuldades de comunicações foram as principais responsáveis pelo menor desenvolvimento de Sete Barras, em relação a Registro. A navegação dos rios, especialmente do Ribeira, Juquiá e Jacupiranga, não constituía senão um paliativo, sendo muito morosa e, no caso dos rios menores, sujeita às oxilações sazonárias do nível das águas. Além disso, colônias como Santa Maria, Cananéia ou Pariquera-Açu, pouco podiam usufruir dela. Utilizavam-se as picadas, nem sempre numerosas, sempre em mau estado, onde as tropas em certas épocas do ano passavam com dificuldade. Em vista dessas condições, os produtos comerciais que as colônias pudessem obter atingiam os mercados de consumo com muita dificuldade. Considerando que os próprios mercados da Baixada não eram satisfatórios, a produção deveria chegar a Iguape e Cananéia, para buscar Santos-São Paulo ou Paranaguá-Curitiba. Daí a presença dos intermediários, as limitações com relação ao cultivo de produtos perecíveis, e de um modo geral, as dificuldades encontradas pela lavoura comercial, obrigando o colono a permanecer em sistema com base na lavoura de subsistência, ou de escoamento local. A única importante exceção, no quadro apontado, está em Registro, colônia melhor organizada e mais recente.

A heterogeneidade da maioria das colônias, assim como a descontinuidade de soluções por parte das entidades responsáveis, também tiveram sua parcela no seu insatisfatório desenvolvimento. Em certas colônias tiveram que coexistir, recém-chegados das terras de origem, elementos de língua alemã e polonesa, elementos de língua russa e italiana, protestantes e católicos, gente, enfim, com bagagem cultural bastante diversificada. Daí decorreu, em grande parte, a ausência de definição de verdadeiras comunidades, como normalmente deveria se verificar, particularmente nas condições de isolamento em que os grupos de colonos se encontraram. Ressentiu-se, como decorrência, a organização social, dado que freqüentemente faltaram os polos de cristalização de interesse comuns. Em casos como o de Cananéia ou de Pariquera-Açu, o único fato que unia os

colonos de diferentes origens, era representado pelos laços com a respectiva administração. A não formação de comunidades, constituiu-se em um dos fatores negativos para a fixação do colono. Por outro lado, em círculo vicioso, a fugacidade da presença de numerosos colonos constituiu um impecilho para a definição de comunidades. O único caso em que se verificou formação de verdadeira comunidade é o das colônias japonesas, as mais homogêneas e melhor organizadas e orientadas (26).

Aos fatos todos apontados deve-se acrescentar que as iniciativas de colonização nem sempre visaram verdadeira obra de organização econômica racional de um espaço novo, e nem sempre foram completadas por uma administração satisfatória. No caso das oficiais, são as próprias autoridades que reconhecem a inoperância da administração, como vemos por uma observação em relatório de 1897, do então Secretário da Agricultura, referindo-se a Pariquera-Açu: "E muito mais brilhantes, sem dúvida, seriam os resultados obtidos, se não fôsse a defeituosa organização da administração dos nossos núcleos coloniais, que faz com que, por falta de pessoal dirigente habilitado, fiquem os colonos entregues a si mesmos, sem guia e orientação para lutarem vantajosamente contra os vários contratempos que surgem com freqüência, embaraçando a marcha regular da produção" (27). As observações são válidas também para a Colônia de Cananéia. Em Santa Maria tivemos uma típica iniciativa em vantagem da especulação, o mesmo acontecendo com outras que citamos, e que nem chegaram a originar verdadeiras colônias. Com os confederados norte-americanos vingou a imaginação e a falta de experiência individual.

Não cremos que as vicissitudes da colonização na Baixada da Ribeira tenham que ser consideradas apenas como meros acidentes na evolução do povoamento. Acreditamos que a área em questão ainda oferece condições favoráveis a iniciativas de organizar racio-

(26) — ALMEIDA, Vicente Unzer de — *Condições de vida do pequeno agricultor no município de Registro* (Registro Schokuminshi), in "Boletim de Agricultura", São Paulo, Série 54a., n.º único, ano de 1953, pág. 79 e seguintes.

(27) — *Relatório de 1897* da Secretaria da Agricultura de São Paulo, pág. 44.

nalmente novos espaços agrícolas realmente integrados na economia paulista, portanto para a criação de colônias; não necessariamente com estrangeiros, e aproveitando a experiência anterior.

Comunicação apresentada na XVIa Assembléia Geral da A. G. B., em Londrina, julho de 1961, por ocasião do Simpósio sobre "Colonização e Valorização Regional".